

MONITOR

DEZEMBRO 2024



REPÓRTER
BRASIL

ESCRAVIZADOS DO ETANOL

Aclamado como alternativa sustentável aos combustíveis fósseis, o biocombustível tem casos de mortes e trabalho escravo no cultivo de sua matéria-prima, a cana-de-açúcar. Investimentos internacionais no etanol brasileiro querem ampliar seu uso no setor automotivo e na aviação global

MONITOR #22

EXPEDIENTE

Dezembro de 2024

COORDENAÇÃO

André Campos

EDIÇÃO

Bruna Borges

PESQUISA E TEXTO

Poliana Dallabrida e André Campos

FOTOS

Freepik (capa, p. 6, 26 e 31)

Ministério do Trabalho e Emprego
(p. 4, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 24 e 27)

Sérgio Carvalho/Ministério Público
Ministério Público (p. 7)

Imagem anexada ao relatório de inspeção
do Ministério do Trabalho e Emprego (p. 12)

Elza Fiuza/Agência Brasil (p. 21)

Verena Glass/Reporter Brasil (p. 23)

Secretaria de Comunicação Social da
Procuradoria Geral da República (p. 25)

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E INFOGRAFIA

Débora De Maio | Estúdio AVOA & Bruna Cassim

Monitor é o boletim da **Repórter Brasil**
que divulga estudos sobre cadeias produtivas

Saiba mais sobre a missão, a equipe,
as prestações de contas e os financiadores
da **Repórter Brasil** em:

[REPORTERBRASIL.ORG.BR/QUEM-SOMOS](https://reporterbrasil.org.br/quem-somos)

Esta obra está licenciada com uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 International.

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Victória Perino Rosa

ENDEREÇO

Rua Amália de Noronha, 151
Conj. 605 - São Paulo - SP
Brasil CEP 05410-010

CONTATOS

✉ contato@reporterbrasil.org.br

📘 **ONGReporterBrasil**

📱 **@reporterb**

(55 11) **2506-6570**

(55 11) **2506-6562**

(55 11) **2506-6576**

(55 11) **2506-6574**



SUMÁRIO

4

Uma indústria voando alto

7

O trabalho escravo no setor

9

Estudos de caso

21

Certificação em xeque

24

Conexões financeiras

27

Perspectivas e recomendações

32

Anexo:

*O que dizem as empresas,
os financiadores e as
certificadoras*



UMA INDÚSTRIA VOANDO ALTO

A emergência climática e a busca de substitutos para os combustíveis fósseis vem abrindo novos espaços para o etanol, e o Brasil é um dos países mais impactados por essa realidade. Atualmente, o país é o segundo maior fabricante global do produto, tendo sido responsável por 30% da produção mundial em 2023, atrás apenas dos Estados Unidos.¹

Há, no entanto, diferenças significativas entre o etanol brasileiro e o norte-americano. Nos Estados Unidos, o biocombustível é produzido principalmente a partir do milho. Já no Brasil a matéria-prima mais utilizada é a cana-de-açúcar², uma das mais tradicionais lavouras do país desde o século XVI.

Atualmente, o país destina 55% da sua produção de cana para o etanol e 45% para açúcar. O biocombustível é consumido majoritariamente no mercado interno, que conta com políticas nacionais de apoio ao seu uso em automóveis. Atualmente, veículos movidos total ou parcialmente a etanol representam aproximadamente 60% da frota nacional.³

Mas as exportações estão ganhando terreno nos últimos anos. O volume de etanol embarcado para o exterior cresceu mais de 30% de 2019 a 2023 na comparação com os cinco anos anteriores.⁴

Na safra 2023/2024, Coreia do Sul, Estados Unidos e Países Baixos foram os três principais destinos do etanol exportado pelo Brasil.⁵ Enquanto os Estados Unidos e a Europa utilizam o produto principalmente como combustível, países asiáticos como Japão e Coreia do Sul empregam a matéria-prima em indústrias de cosméticos e bebidas.

Para além do aumento no volume exportado, o etanol brasileiro também está desbravando novos nichos de mercado, aproveitando-se de investimentos impulsionados pelas mudanças climáticas.

A indústria brasileira Raízen - joint-venture entre a Shell e a Cosan, uma tradicional fabricante de etanol no país -, por exemplo, hoje abastece os carros da Ferrari, na Fórmula 1, e da IndyCar Series nos Estados Unidos. "Nosso etanol de segunda geração (E2G) está na pole position da

transição energética no automobilismo mundial”, afirma a empresa.⁶

O E2G é resultado de uma nova tecnologia que permite fabricar o biocombustível a partir do bagaço e da palha da cana, resíduos que sobram do processo tradicional de fabricação do etanol e do açúcar. Atualmente, a Raízen é a única produtora de E2G em escala comercial do mundo. A tecnologia vem recebendo importantes investimentos atrelados à agenda da sustentabilidade, justamente por reaproveitar resíduos no processo produtivo.

ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO (E2G)



Biocombustível feito a partir do bagaço e da palha da planta, resíduos do processo de fabricação do etanol e do açúcar. O E2G tem potencial de aumentar em até 50% o volume de biocombustível produzido na mesma área.

Fontes: Raízen e Unica

Outro uso promissor do etanol, também impulsionado pela transição energética, é a produção de Combustível de Aviação Sustentável (SAF, na sigla em inglês), apontado como alternativa fundamental para a enorme pegada de carbono da aviação comercial global. O SAF é produzido a partir de fontes renováveis como biomassa vegetal, óleos vegetais, açúcares e álcoois - incluindo, agora, também o etanol.

Em janeiro deste ano, foi inaugurada nos Estados Unidos a primeira indústria de produção de SAF a partir de etanol no mundo, a LanzaJet⁷, que tem entre seus acionistas e investidores nomes como British Airways, Shell, Microsoft, Southwest Airlines e o grupo francês ADP, operador dos aeroportos internacionais de Paris. Dois meses depois da inauguração, a Raízen encaminhou à empresa o primeiro embarque de etanol brasileiro para ser processado em sua fábrica⁸, que deverá operar principalmente através do uso de matéria-prima do Brasil⁹.

O mercado de etanol brasileiro saiu na frente por já ter usinas certificadas para a produção de SAF¹⁰. Em agosto de 2023, a brasileira Raízen foi a primeira produtora de etanol do mundo a receber a certificação ISCC Corsia Plus, obrigatória para o fornecimento¹¹. Nos meses seguintes, outras quatro produtoras brasileiras receberam o selo de certificação¹², entre elas a BP Bunge Bioenergia e a Usina Coruripe.

Em comum às três empresas mencionadas está uma cadeia de fornecimento de cana-de-açúcar conectada a casos recentes de trabalho escravo, entre outras graves irregularidades trabalhistas. Trabalhadores mortos em queimadas, obrigados a dormir no chão, forçados a trabalhar por conta de dívidas ilegais impostas pelo empregador e até mesmo atingidos por agrotóxicos lançados de aviões estão entre as situações reportadas em canais ligados às suas operações.

Além dos setores automotivo e de aviação, instituições financeiras europeias como o banco Rabobank, da Holanda, o BNP Paribas, da França, e a agência de fomento italiana Sace também estão envolvidas em “investimentos: verdes”



recentes em indústrias brasileiras que tiveram flagrantes de escravidão associados às suas cadeias produtivas. O cenário acende um alerta para os passivos trabalhistas por trás dos esforços de transição energética, e para os impactos de direitos humanos associados ao “boom” do etanol.

BOM PARA O MEIO AMBIENTE?

O etanol é oriundo de fontes renováveis e conta com o apoio de políticas públicas de diversos governos ligadas à agenda da transição energética. No entanto, o impacto positivo do biocombustível para o meio ambiente é motivo de controvérsias.

No Brasil, uma das principais preocupações está ligada ao eventual desmatamento provocado pela expansão dos canaviais. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas concluiu que 92% do aumento da produção local vem da expansão da área plantada, e apenas 8% de maior produtividade de áreas previamente utilizadas¹³.

A pesquisa estima ainda que o desmate direto corresponde a 19% da expansão em novas áreas. E mesmo nos casos onde o avanço se dá em terras antes ocupadas por outras culturas, há a preocupação de que esse processo incentive a migração da pecuária e do cultivo de grãos para novas regiões, incluindo áreas de floresta.

O desmatamento provocado pela agropecuária é o principal contribuinte brasileiro para a emissão de gases do efeito estufa¹⁴.



O TRABALHO ESCRAVO NO SETOR

A maior parcela da força de trabalho do setor de cana-de-açúcar é formada historicamente por trabalhadores temporários contratados para a colheita do insumo. E é justamente nessa atividade - o corte da cana - que milhares de trabalhadores já foram identificados em condições análogas à escravidão durante inspeções realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, órgão responsável pela fiscalização do crime no país.

Entre 1999 e 2023, 8.329 trabalhadores foram resgatados do trabalho escravo no setor¹⁵. O pico de flagrantes ocorreu entre 2007 e 2009, quando 5.292 foram resgatados. Além da submissão ao trabalho escravo, casos de mortes por esgotamento físico¹⁶ de tanto colher cana costumavam ser registrados no período.

Mas este cenário mudou com a mecanização da colheita, que tem crescido substancialmente nos últimos 20 anos. Na safra 2006/2007, 75% da colheita era manual. Já a safra 2022/2023, apenas 9% da colheita ainda ocorria dessa forma.¹⁷

Mesmo assim, um novo boom de casos de trabalho escravo tem sido observado em anos recentes, agora não mais na colheita, e sim no plantio da cana. Em 2019, depois de sete anos sem flagrantes em canaviais, 45 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão¹⁸. Esse número chegou a 361 em 2022. Em 2023, foram 258 resgatados, e novos casos já ocorreram em 2024.

O crescimento recente coincide com alterações na dinâmica produtiva do setor impulsionadas pela Lei 13.429 de 2017¹⁹, que removeu vetos até então existentes para a **terceirização** de uma ampla gama de atividades no meio rural. Usinas processadoras de cana-de-açúcar passaram a **terceirizar o plantio** da cana. A terceirização no plantio ocorre de diversas formas: em canaviais próprios ou arrendados pelas usinas, e também nas terras de fazendeiros que fornecem cana para grandes indústrias do setor.

ARRENDAMENTO DE TERRAS



Espécie de aluguel da propriedade rural. O dono cede o espaço para que outra pessoa cultive a área ou exerça a criação de animais por um valor a ser pago ao proprietário.

Há também um mecanismo de subarrendamento. As empresas arrendam a terra, mas ao invés de elas próprias plantarem a cana, subarrendam a área para um terceiro, com a garantia de compra na época da colheita. Esse terceiro que subarrendou a terra da usina pode, ainda, contratar outro terceiro para fazer o plantio de cana.

Essas novas dinâmicas, que diluem o controle e a responsabilização pelas condições da mão de obra ao longo da cadeia produtiva, fazem parte do contexto recente em que centenas de trabalhadores foram submetidos a condições análogas à escravidão no setor.

“É um cenário complexo de relações jurídicas adotadas pelas usinas. Não é simplesmente a terceirização”, explica Roberto Mendes, auditor fiscal do Trabalho em Goiás. “Há uma quarteirização, às vezes quinteirização do processo produtivo”, complementa sobre a responsabilização das violações trabalhistas.

TRABALHO ESCRAVO EM NÚMEROS

8.329

trabalhadores resgatados entre 1999 e 2023

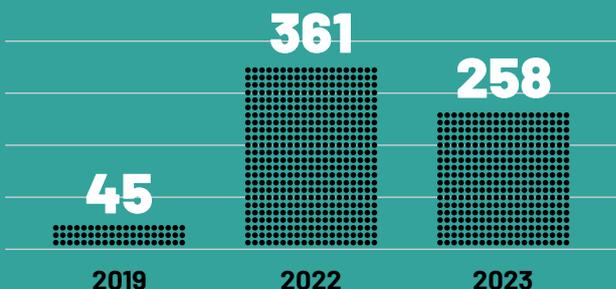
PICOS DE CASOS ENTRE 2007 E 2009

5.292

foram resgatados no período

NOVO BOOM DE FLAGRANTES

:: Casos de trabalhadores em condições análogas à escravidão



Fonte: MTE



ESTUDOS DE CASO

Caso 1 BP BUNGE BIOENERGIA

A BP Bunge Bioenergia, uma das principais processadoras de cana do Brasil, foi criada em 2019 em uma parceria entre a americana Bunge e a empresa de petróleo britânica BP, sigla para British Petroleum²⁰. Em junho deste ano, a BP anunciou que comprará os 50% das ações da Bunge, se tornando a única controladora da BP Bunge Bioenergia quando o processo de aquisição for concluído²¹. A empresa possui onze unidades industriais localizadas em cinco estados brasileiros²².

212 VÍTIMAS RESGATADAS

Em março de 2023, 212 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão no plantio de cana-de-açúcar em fazendas de cinco municípios de Goiás e Minas Gerais.

O grupo foi contratado por uma prestadora de serviços da BP Bunge e outros quatro produtores da região. Dos seis contratos de terceirização do plantio de cana-de-açúcar realizados pela contratante da mão de obra, dois se deram com as usinas da Tropical Bioenergia e Itumbiara Bioenergia, ambas do grupo BP Bunge, e outros três com produtores fornecedores dessas mesmas usinas.



Trabalhadores na frente de trabalho durante inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego. Oriundos do Piauí e Maranhão, os trabalhadores tinham que arcar com os custos da viagem, como o aluguel de alojamentos e a própria alimentação, o que contraria a legislação trabalhista



Segundo a fiscalização, em alguns dos dormitórios dos trabalhadores não tinha colchões nem armários

Este foi o maior resgate de trabalhadores do setor em 2023²³ e incluiu a fiscalização de 28 alojamentos, segundo relatório de fiscalização trabalhista, acessado pela **Repórter Brasil**. Os valores das verbas rescisórias e do pagamento de dano moral individual dos 212 trabalhadores somaram R\$ 3,8 milhões. Sem condições de quitar toda a dívida, a empresa terceirizada precisou da ajuda da BP Bunge, que desembolsou R\$ 2 milhões, referentes aos direitos trabalhistas de 109 trabalhadores escravizados.

De acordo com o relatório, os resgatados faziam a preparação do terreno e plantio das mudas de cana que depois seriam enviadas a unidades da BP Bunge. A maioria deles era migrante do Piauí e do Maranhão, e foi aliciada por conhecidos ou em grupos de Whatsapp.

“

QUEM NÃO TINHA DINHEIRO PARA COMPRAR O SEU PRÓPRIO COLCHÃO, DORMIA EM REDES OU DIRETAMENTE NO CIMENTO, COBERTO APENAS COM UM FORRO DE PANO OU PEDAÇOS DE PAPELÃO.

diz trecho do relatório da fiscalização trabalhista

”



Os alojamentos não apresentavam condições adequadas para armazenar e produzir as refeições

A fiscalização aponta que os trabalhadores tinham que arcar com os custos da viagem, como o aluguel de alojamentos e a própria alimentação, o que contraria a legislação trabalhista. Os alojamentos eram casas em condições precárias de manutenção, com vazamento de água nos telhados e paredes sujas, úmidas e mofadas.

A maioria dos alojamentos ou não tinha chuveiro, obrigando o trabalhador a tomar banho com a água que saía diretamente do cano na parede, ou tinha um chuveiro desligado da rede elétrica. “Nossa equipe flagrou uma turma de trabalhadores chegando da roça, bastante molhados da chuva, e que tiveram que tomar banho na água fria”, apontam os auditores fiscais que realizaram o resgate do grupo.

Parte dos trabalhadores resgatados também relatou aos auditores fiscais terem sido atingidos por agrotóxicos lançados de avião sob as lavouras de cana-de-açúcar dias antes do resgate. Imagens anexadas ao relatório de fiscalização, feita pelos próprios trabalhadores, flagraram esse momento. Coceira, vômito e dor de cabeça foram alguns dos efeitos imediatos relatados por parte do grupo após a aplicação do veneno.

As condições precárias encontradas foram classificadas pela fiscalização como degradantes e incompatíveis com a dignidade humana, elementos que caracterizam o trabalho análogo ao escravo de acordo com a legislação brasileira (ver quadro).

TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, os elementos que caracterizam o trabalho escravo contemporâneo são:



CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO

situações de trabalho incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador;



JORNADA EXAUSTIVA

situação em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à sua saúde ou risco de vida;



TRABALHO FORÇADO

situação em que a pessoa é mantida no serviço por meio de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas, como retenção de documentos;



SERVIDÃO POR DÍVIDA

situação em que o trabalhador é obrigado a contrair ilegalmente um débito para deslocamento, alimentação, alojamento e equipamentos de proteção relacionados a sua atividade profissional.

OS ELEMENTOS PODEM VIR JUNTOS OU ISOLADAMENTE.



Durante resgate ocorrido em fazendas de cinco municípios de Goiás e Minas Gerais, trabalhadores relataram aos fiscais que foram atingidos por agrotóxicos. Na foto, tirada pelo celular de um deles, é possível ver o avião que supostamente realizou a pulverização

Incêndio no canavial

Além do caso de trabalho escravo no plantio de cana, a BP Bunge Bioenergia também é acusada de manipular dados e não colaborar com as investigações sobre um incêndio dentro de um canavial da empresa que atingiu um ônibus que transportava 15 trabalhadores²⁴.

O acidente ocorreu em agosto de 2021 na usina da BP Bunge em Ituiutaba (MG). As acusações foram registradas na justificativa de um pedido de busca e apreensão na usina, anexado ao processo criminal acessado pela **Repórter Brasil**. Três trabalhadores morreram em decorrência das queimaduras sofridas no acidente e outros 13 ficaram feridos, incluindo um bombeiro civil que prestou os primeiros socorros ao grupo.

Todos os sobreviventes entraram com processos contra a BP Bunge pedindo indenização por danos morais e materiais. Passados quase três anos do acidente, a **Repórter Brasil** identificou apenas um acordo para o pagamento de indenização realizado entre a BP Bunge Ituiutaba e um dos trabalhadores acidentados.

Cinco funcionários da BP Bunge em Ituiutaba estão sendo julgados por homicídio simples. Como gerentes, chefe de brigadistas e supervisores, eles teriam dado a ordem ou participaram da decisão de liberar o ônibus que transportava os trabalhadores, mesmo com o incêndio no canavial já identificado, segundo acusação do Ministério Público de Minas Gerais, acessada pela reportagem. O processo ainda não foi julgado.

Em resposta a questionamentos enviados pela **Repórter Brasil**, a BP Bunge Bioenergia afirmou que, assim que tomou conhecimento do caso de trabalho escravo envolvendo um prestador de serviços terceirizado, “agiu rapidamente em defesa dos trabalhadores”, arcando com os pagamentos das indenizações dos resgatados. A companhia pontuou também que, depois do episódio, realizou mudanças nos processos de plantio e tratos culturais, “internalizando e automatizando a operação para a realização destas atividades”. Em relação ao incêndio ocorrido na unidade de Ituiutaba (MG), a empresa disse que prestou apoio aos colaboradores e seus familiares, e que manteve o diálogo para identificar as necessidades de assistência, além de ter colaborado com as autoridades.

As respostas completas da BP Bunge, assim como das outras empresas citadas, estão em anexo ao fim do relatório.

Mercado comprador

A produção de etanol foi a área mais lucrativa da BP Bunge Bioenergia em 2023²⁵. As vendas para o mercado externo cresceram 260% entre as safras 2021/2022 e 2022/2023, passando de R\$ 150 milhões para R\$ 539 milhões²⁶.

Os principais clientes internacionais do etanol produzido pela BP Bunge Bioenergia estão localizados nos Estados Unidos, Japão, Coréia e na Europa²⁷. Eles incluem operações da própria BP no exterior. Segundo dados alfandegários acessados pela **Repórter Brasil**, relativos a exportações em 2022, embarques de etanol destinados ao porto de Roterdã, na Holanda, foram destinados à BP Oil International.

A aquisição da totalidade da BP Bunge Bioenergia faz parte da estratégia da BP em ampliar seus negócios na área de biocombustíveis, que inclui a produção de etanol de 2ª geração e combustível de aviação sustentável²⁸.

Caso 2 USINA CORURIBE

Fundada em 1925, a Usina Coruripe é uma empresa familiar brasileira que possui cinco unidades industriais, uma em Alagoas e outras quatro em Minas Gerais²⁹. Produtora de açúcar e etanol, a companhia figura entre as 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro, segundo ranking de 2023 da Revista Forbes³⁰.

4h de sono, acidente e morte

Duas fiscalizações em três fazendas que forneciam exclusivamente para a Usina Coruripe resgataram 18 trabalhadores de condições análogas à escravidão entre abril e maio de 2022. O grupo havia sido contratado para o plantio de cana-de-açúcar, que seria enviado para a unidade da empresa em Campo Florido (MG), de acordo com o relatório de fiscalização do caso, acessado pela **Repórter Brasil**.

Os trabalhadores eram migrantes temporários vindos do Maranhão e foram, segundo os fiscais, cobrados pelos custos da passagem e alimentação. A inspeção do governo federal averiguou que todos trabalhavam na informalidade, sem qualquer registro de trabalho e sem acesso a direitos garantidos por lei, como as contribuições patronais obrigatórias para a previdência social que custeiam a aposentadoria dos trabalhadores.

Um dos alojamentos, que abrigou 9 dos 18 resgatados, era localizado em Igarapava (SP), a 150 km da fazenda onde o grupo realizava o plantio de cana. De acordo com a fiscalização, o transporte de ida e volta até o local de trabalho consumia cerca de seis horas por dia, de segunda a sábado.

Dormitório dos trabalhadores resgatados não tinha camas nem armários, aponta relatório de fiscalização de três fazendas que forneciam para a Usina Coruripe



“Em virtude da necessidade de preparar alimentação e cuidar do filho, dentre outras tarefas, [uma trabalhadora] se via obrigada a levantar de madrugada, por volta das 3h30, depois de ter tido à sua disposição apenas de 4 a 6 horas de sono, dependendo da jornada do dia anterior”, afirma o relatório da operação.

Além disso, segundo o documento, o local não tinha cama, armários e nem fornecimento de água potável. Também não havia utensílios de cozinha e nem eletrodomésticos, como geladeira e fogão. Tudo precisou ser bancado pelos trabalhadores, que ficariam no local nos quatro meses de duração do plantio de cana.

Em agosto de 2022, a **Repórter Brasil** ouviu dois dos resgatados³¹. Um deles, que abandonou o trabalho antes da fiscalização, conta que ficou um mês dormindo no chão até encontrar um colchão no lixo.

Nas lavouras, segundo ele, não havia banheiro no campo e nem local adequado para refeições. Os trabalhadores ganhavam entre R\$ 30 e R\$ 40 por hectare plantado.

“A gente comia ovo, salsicha, o mais barato que tinha. Não dava pra comprar carne, essas coisas mais caras”, contou à **Repórter Brasil**³².

Equipamentos de proteção individual para a atividade também não eram fornecidos ao grupo, como botas, luvas e óculos de proteção. Tudo deveria ser pago pelos próprios trabalhadores, aponta o relatório.

Para economizar, segundo o documento, muitos reutilizavam o mesmo equipamento de proteção várias vezes, sendo um deles o lavrador Alisson Moreira dos Santos, que machucou o calcanhar direito enquanto trabalhava no plantio de cana na



Fazenda Água Bonita, em Campo Florido (MG). De acordo com relato dos trabalhadores, na ocasião ele usava um par de botas que encontrou no lixo. Com a ferida piorando, sem conseguir trabalhar, Santos voltou para o Maranhão e morreu duas semanas depois em decorrência de um choque séptico causado pela infecção. O trabalhador deixou esposa e duas filhas.

Usina Coruripe arrendava fazenda

Os auditores fiscais identificaram que a Usina Coruripe era arrendatária das fazendas onde o grupo de resgatados trabalhava. Apesar da

A fiscalização trabalhista aponta que os alojamentos dos trabalhadores estavam em condições degradantes. Paredes do banheiro estavam com mofo e umidade



mão de obra ter sido arregimentada por um aliciador sem vínculos formais com a indústria, os fiscais consideraram que ela era a verdadeira empregadora dos resgatados - e, portanto, a responsável direta pelo caso de trabalho escravo.

A empresa tentou, sem sucesso, recorrer por duas vezes das infrações trabalhistas aplicadas em 2022 por conta do flagrante. Os recursos foram analisados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que confirmou, em junho de 2024, a autuação da Usina Coruripe pela submissão dos trabalhadores a condições análogas à escravidão.

Não é a primeira vez que a Usina Coruripe é flagrada submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. Em 2007, 374 trabalhadores foram resgatados no corte de cana em canaviais da empresa em Iturama (MG), de acordo com dados da fiscalização trabalhista.

Procurada pela **Repórter Brasil**, a Usina Coruripe afirmou que “refuta categoricamente as acusações apresentadas” e que os autos de infração pela submissão de 18 trabalhadores a condições análogas à escravidão são objeto de uma Ação Anulatória na Justiça. Também disse que a Polícia Federal instaurou um inquérito penal sobre o caso, concluindo “pela inexistência dessa prática por parte da Usina Coruripe”.

A companhia afirmou ainda que, desde agosto de 2022, está dedicada à fiscalização de 72 itens relacionados à segurança e às condições de trabalho nas empresas fornecedoras de cana-de-açúcar. E que possui um canal exclusivo de denúncias, em que todas as irregularidades identificadas serão corrigidas ou reportadas às autoridades competentes para as devidas providências legais.

As respostas completas da Usina Coruripe e das demais empresas citadas neste relatório estão em anexo, ao fim do documento.

Mercado comprador

A usina vende seu etanol para clientes no Brasil e no exterior, de acordo com informações obtidas pela **Repórter Brasil** em documentos de comercialização de títulos e letras de crédito do agronegócio, além de anúncios da própria Coruripe.

No mercado interno, os principais clientes da Usina Coruripe incluem a Raízen, que administra os postos das bandeiras Shell no Brasil e Argentina, o Grupo Ipiranga e a Vibra, responsável pelos postos Petrobras e BR, segundo informações divulgadas em 2023.

Procurado pela **Repórter Brasil**, o Grupo Ipiranga informou, sem mencionar o caso específico, que tem mecanismos de controle e monitoramento periódico de seus fornecedores. Quando práticas indevidas são identificadas, diz a empresa, medidas alinhadas às diretrizes de seu Código de Ética são adotadas para sua correção ou descontinuidade da relação com o fornecedor. “Reforçamos que a companhia é signatária do pacto contra o trabalho escravo e que toda e qualquer forma de exploração de trabalho é repudiada pela Ipiranga.”

A Vibra afirmou ter uma política rigorosa quanto à violação de direitos humanos e que irá apurar os fatos noticiados. “Havendo indícios de potenciais irregularidades que violem nossos princípios e preceitos de integridade empresarial e respeito à vida humana, tornando crítica a relação contratual, o compliance em conjunto à governança da companhia tomarão as medidas previstas”, afirmou.

No exterior, a japonesa Mitsui & Co é uma das clientes da Usina Coruripe, segundo dados alfandegários de 2023 acessados pela **Repórter Brasil**. A empresa comercializa etanol para produtoras de cosméticos do próprio Japão e da Coreia do Sul.

A Mitsui & Co afirmou não possuir contratos ativos diretos com a empresa brasileira, mas disse que um de seus fornecedores adquire o biocombustível da Coruripe. “Consideramos nossas políticas e processos de direitos humanos uma prioridade em nossos negócios e estamos em contato com o comerciante para obter um entendimento completo da situação”, afirmou.

A Shell não se manifestou até o fechamento deste relatório. As respostas completas das empresas podem ser lidas no fim do relatório.

Os alojamentos oferecidos aos trabalhadores tinham rachaduras nas paredes, aponta relatório de fiscalização



Caso 3 RAÍZEN

Gigante do setor de biocombustíveis, a Raízen é a maior empresa do agronegócio brasileiro, segundo ranking de 2023 da Revista Forbes³³, e apontada como a maior produtora global de açúcar e etanol³⁴. A empresa também é responsável pela distribuição e venda de combustíveis em postos da marca Shell no Brasil, Argentina e Paraguai. A Raízen afirma que cerca de metade³⁵ da matéria-prima comercializada pela empresa é adquirida de fornecedores parceiros. Entre abril e junho deste ano, a Raízen comercializou 1,2 bilhões de litros de etanol. Desse total, 47% foi adquirido de fornecedores³⁶.

A complexa rede de empresas com histórico de fornecimento de cana-de-açúcar e de etanol para a Raízen inclui empresas responsabilizadas por trabalho escravo, como Usina Coruripe (ver caso anterior), ou que tiveram produtores parceiros e prestadores de serviços autuados pela prática. É o caso da Colombo Agroindústria e da Cerradinho Bioenergia. As relações comerciais entre as empresas e a Raízen foram identificadas em documentos de comercialização de títulos e letras de crédito do agronegócio acessados pela **Repórter Brasil**.

Servidão por dívidas

Em março de 2023, 32 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão no plantio de cana-de-açúcar para a Colombo Agroindústria em Pirangi (SP). A produtora de açúcar e etanol é fornecedora da Raízen, segundo documentos de comercialização de títulos e letras de crédito do agronegócio acessados pela **Repórter Brasil**.

Os trabalhadores resgatados eram do norte de Minas Gerais, uma região distante da usina, e haviam sido contratados por uma empresa terceirizada pela Colombo, de acordo com relatório de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. A autuação por trabalho escravo recaiu sobre a empresa prestadora dos serviços, responsabilizada por submeter a mão de obra a condições classificadas como degradantes, segundo os fiscais responsáveis pela inspeção.

Ao chegar no local de trabalho, o grupo resgatado, de acordo com o relatório da fiscalização, teve cobrado o adiantamento do aluguel do alojamento, e precisou contrair dívidas para comprar comida em um mercado indicado pela empresa terceirizada pela Colombo. Esse contexto, segundo os fiscais, gerou uma situação de servidão por dívida, outro elemento caracterizador do trabalho escravo contemporâneo, segundo a lei brasileira.

Este não foi o único caso de trabalho escravo em plantios de cana da Colombo Agroindústria. Apenas dois meses depois do resgate em Piranga (SP), auditores-fiscais resgataram onze trabalhadores que atuavam no Sítio Nossa Senhora Aparecida, uma propriedade arrendada pela Colombo Agroindústria em Santa Rita d'Oeste (SP). A autuação por trabalho escravo foi registrada em nome da empresa terceirizada para o serviço de plantio de cana que seria fornecida para a Colombo.

Os onze resgatados eram dos municípios de Jacobina, Conceição do Coité e Araci, na Bahia, localizados a 1.974 km Santa Rita d'Oeste (SP). Nas frentes de trabalho, o grupo não tinha acesso a banheiros ou água potável, segundo averiguou a fiscalização do governo federal.

“Os trabalhadores arranjaram colchões velhos, sujos e rasgados que ficavam diretamente sobre o piso ou sobre camas improvisadas para evitar o contato com animais peçonhentos presentes nos alojamentos”, diz trecho do relatório, acessado pela **Repórter Brasil**.

Procurada, a Colombo afirmou que foi prejudicada, à época, pela “divulgação precipitada de informações que se revelaram falsas após as investigações cível e criminal, que não constataram práticas de trabalho análogo à escravidão” na empresa prestadora de serviços.

Em novo contato, a **Repórter Brasil** pontuou que a autuação administrativa que responsabiliza a empresa terceirizada por trabalho escravo segue vigente. A usina então respondeu que não possui mais contrato com a prestadora de serviços. A empresa não comentou sobre o segundo caso de trabalho escravo no cultivo de cana-de-açúcar

O alojamento não tinha local adequado para armazenar e fazer a comida, segundo a fiscalização



para a companhia, que resultou no resgate de 11 trabalhadores em Santa Rita d'Oeste (SP).

Dormindo no chão

Esse mesmo mecanismo de arrendamento foi realizado pela Cerradinho BioEnergia, outra produtora que fornece etanol para a Raízen e outras distribuidoras de combustíveis, como Ipiranga e Vibra.

Em maio de 2022, 23 trabalhadores foram resgatados da Fazenda São Roque, em Chapadão do Céu (GO). A fazenda era arrendada pela Cerradinho Bioenergia, que repassou a responsabilidade do plantio de cana-de-açúcar para um terceiro produtor, que é quem foi o responsabilizado pela prática de trabalho escravo.

O grupo resgatado estava dividido em dois alojamentos, de acordo com o relatório de

Fotos do relatório de fiscalização mostram que o teto do alojamento tinha fissuras



fiscalização do caso. Um deles, que abrigava 15 trabalhadores, era, na verdade, uma sala comercial, onde antes funcionava uma igreja. Quem não tivesse trazido roupa de cama de casa, dormia diretamente no colchão, descreve o documento. Ele também aponta que os trabalhadores faziam as necessidades fisiológicas no mato, porque não havia banheiro nas frentes de trabalho.

A Cerradinho BioEnergia afirmou que, quando uma irregularidade é identificada, o fornecedor é imediatamente notificado a saná-la, sob pena de rescisão contratual. E que este procedimento foi adotado para o fornecedor de cana-de-açúcar da companhia cujo prestador de serviços foi autuado por trabalho escravo, em maio de 2022. A usina também explicou que realiza vistorias frequentes das atividades terceirizadas, inclusive em alojamentos de fornecedores.

“A Cerradinho adota critérios rígidos para a contratação de fornecedores e, no ato da contratação, exige certidões emitidas pelos órgãos oficiais (Tribunais do Trabalho, MTE, MPT, INSS, FGTS, entre outros). O contratado assume, por cláusula contratual, a obrigação de entregar matéria-prima cultivada em estrito cumprimento da legislação em vigor, notadamente no que diz respeito à legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, incluindo, mas não se limitando, a proibição expressa de emprego de mão de obra infantil ou de mão de obra em condições análogas à de escravo”, informou a empresa.

Trabalhadores sem banheiro

Em outro caso, não caracterizado como trabalho escravo, irregularidades como deixar de garantir água potável e instalações sanitárias no campo

foram identificadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego em uma empresa terceirizada pela própria Raízen. As violações trabalhistas afetaram dois tratoristas que faziam o preparo do solo de uma fazenda destinada à produção de cana para a companhia em Andradina (SP). Após a fiscalização, realizada em agosto de 2022, quatro autos de infração por violações à lei da terceirização foram registrados contra a unidade Gasa da Raízen, localizada no mesmo município e uma das plantas da empresa certificadas para o fornecimento de etanol para a produção de combustível de aviação.

Outras violações trabalhistas foram registradas na produção de cana-de-açúcar para a Raízen ao longo da última década. Em 2014, a empresa foi condenada a pagar R\$ 10 milhões por más condições de trabalho nas lavouras³⁷. À época, a Raízen foi proibida de terceirizar atividades de plantio, colheita, carregamento e transporte de cana em qualquer um de seus estabelecimentos em Araraquara (SP) e região. Já em agosto de 2018, auditores-fiscais encontraram cerca de 80 cortadores de cana sem carteira assinada e que faziam jornadas excessivas em três fazendas de fornecedores da Raízen na região de Piracicaba (SP)³⁸.

A Raízen informou que acompanha processos e avalia constantemente a situação de seus parceiros de acordo com o seu código de conduta de fornecedores. A empresa também afirmou que “repudia quaisquer situações de desrespeito à legislação trabalhista e às normas de saúde e segurança do trabalho, e espera de seus fornecedores e parceiros comerciais o cumprimento da legislação aplicável às suas atividades e a adoção das melhores práticas de mercado.”

Sobre a condenação em 2014, a companhia afirmou que uma das decisões demandando o pagamento de indenização foi revertida pela Justiça em recurso da Raízen. A outra ação também é objeto de recurso e aguarda julgamento do Tribunal Superior do Trabalho. A Raízen informou que “não voltou a terceirizar essas atividades”.

Mercado comprador

De fornecedores como a Cerradinho BioEnergia, Colombo Agroindústria e Usina Coruripe, o etanol comercializado pela Raízen pode ter dezenas de destinos. Na safra 2022/2023, a companhia, criada a partir de uma joint venture entre a petroleira americana Shell e a brasileira Cosan, foi responsável por 30% do comércio global de etanol³⁹.

A Raízen possui um contrato de fornecimento de E2G para a Shell em Roterdã, na Holanda⁴⁰. Já com a Shell nos Estados Unidos, a Raízen mantém uma parceria para fornecer o mesmo combustível para os carros da Fórmula 1 da Scuderia Ferrari⁴¹. Dados alfandegários acessados pela **Repórter Brasil** relativos a 2023 e 2024 também mostram que a empresa brasileira é fornecedora da Greenfield, produtora e distribuidora de etanol no Canadá e nos Estados Unidos.

Em abril deste ano, a Raízen mandou o primeiro carregamento de etanol para a LanzaJet, produtora de combustível SAF a partir desse biocombustível⁴². Entre os acionistas da LanzaJet estão a British Airways, All Nippon Airways (segunda maior aérea japonesa), Shell e Suncor Energy, empresa de petróleo canadense⁴³.

A Greenfield, cliente da Raízen nos Estados Unidos e no Canadá, afirmou que não tem relação direta com as empresas Colombo, Cerradinho e Coruripe. No entanto, está buscando a fornecedora Raízen para entender quais ações foram ou serão tomadas em relação às denúncias citadas pelo relatório.

O porta-voz da LanzaJet afirmou que a companhia mantém um “robusto código de conduta comercial em toda a sua cadeia produtiva, que inclui a aquisição de etanol de empresas certificadas pelo ISCC Plus, ISCC CORSIA e Bonsucro, que incluem rigorosos elementos de direitos humanos e trabalhistas auditados anualmente por agentes externos.”

As certificações citadas pela LanzaJet serão detalhadas no próximo capítulo.

As empresas BP Oil International e a Shell não responderam aos questionamentos da **Repórter Brasil** até o fechamento desta investigação.



CERTIFICAÇÃO EM XEQUE

Em comum aos três casos investigados pela **Repórter Brasil** estão empresas certificadas por boas práticas socioambientais no cultivo de cana-de-açúcar e baixa emissão de gases do efeito estufa durante a produção do etanol.

O etanol fornecido para a produção de SAF, por exemplo, precisa ter o selo **ISCC Corsia Plus**. A Corsia (sigla para Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Civil Internacional⁴⁴, na tradução para o português) é uma iniciativa da Organização Internacional da Aviação Civil, agência das Nações Unidas, que tem como objetivo estruturar a redução das emissões na aviação internacional. O ISCC (Certificação Internacional em Sustentabilidade e Carbono), por sua vez, é o padrão de certificação que atesta que o etanol cumpre os requisitos da Corsia para produção de SAF⁴⁵.

A brasileira Raízen foi a primeira produtora de etanol do mundo a receber o selo, em agosto de 2023⁴⁶. Apenas duas unidades da companhia obtiveram a certificação: os parques de bioenergia de Costa Pinto e Gasa⁴⁷.

Neste último, conforme descrito no capítulo anterior, auditores fiscais identificaram quatro violações às leis trabalhistas de terceirizados da unidade.

A ISCC Corsia Plus possui seis princípios de sustentabilidade para propriedades cultivadas com cana-de-açúcar. No princípio que trata da “conformidade com os direitos humanos, trabalhistas e fundiários”, a ISCC ressalta o veto ao trabalho forçado e a proibição do desconto ilegal de salário para “equipamentos de proteção pessoal e acomodação”. Além das indústrias certificadas, também precisam atender essas exigências as empresas terceirizadas pelas usinas.

Situações contrárias a tais princípios foram flagradas nos canaviais que abastecem outras duas indústrias detentoras do selo: a Usina Coruripe e a BP Bioenergia (ver capítulo anterior). Os casos de trabalho escravo ocorreram antes do processo de certificação ser concluído, e envolvem unidades de produção distintas daquelas que foram certificadas.

A ISCC Corsia Plus não respondeu às tentativas de contato da **Repórter Brasil** para a obtenção de esclarecimento sobre seus critérios de associação com empresas flagradas utilizando mão de obra escrava.

Atualmente, a mais difundida certificação de boas práticas do setor sucroenergético é o selo **Bonsucro** (sigla para Better Sugarcane Initiative), padrão internacional que estabelece critérios socioambientais para a produção e fornecimento de cana-de-açúcar⁴⁸. A Bonsucro afirma que “ao obter um certificado, você poderá melhorar sua imagem, atingir metas de compras sustentáveis e estabelecer parcerias para resolver questões de sustentabilidade conjuntamente”⁴⁹.

Unidades certificadas pela Bonsucro⁵⁰ incluem a indústria da Usina Coruripe em Campo Florido (MG), as usinas Tropical e Itumbiara, da BP Bunge Bioenergia, e a Santa Albertina, da Colombo Agroindústria, fornecedora da Raízen. Todas possuem, atualmente, a certificação da Bonsucro. As plantas industriais da Usina Coruripe e da BP Bunge inclusive já possuíam o selo quando ocorreram os flagrantes de trabalho escravo envolvendo suas operações certificadas. Mesmo após os flagrantes, os certificados permaneceram válidos e seguem assim até hoje.

Procurada pela **Repórter Brasil**, a Bonsucro não comentou sobre os casos específicos. Ressaltou, no entanto, que toma medidas imediatas caso tenha conhecimento de alegações de violações aos direitos humanos, e que aciona os organismos de certificação licenciados obrigados a “investigar problemas e monitorar ações corretivas”.

Os critérios da certificação Bonsucro, que condena o uso de trabalho forçado e infantil,

incluem uma lista com 20 requisitos mínimos para o alojamento de trabalhadores, a ser respeitado por unidades certificadas e também por suas empresas subcontratadas⁵¹.

Fornecimento de água potável, telhados sem vazamentos e armários para guardar pertences são alguns dos requisitos listados. Essas exigências, de acordo com a fiscalização do governo brasileiro, não existiam nos alojamentos das vítimas.

Outras autorizações permitem a comercialização do etanol nos principais mercados do biocombustível. Uma delas é emitida pela EPA, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, que atesta se a produção de etanol adotou critérios de sustentabilidade, liberando-o para venda no país. A autorização da EPA é concedida a 20 das 35 unidades da Raízen⁵². As 11 unidades da BP Bunge Bioenergia no Brasil também possuem o registro na agência americana, entre elas as usinas Itumbiara e Tropical Bioenergia, cuja empresa terceirizada para o plantio de cana foi flagrada utilizando trabalho escravo⁵³.

Para obter a autorização da EPA, o produtor e importador do biocombustível precisa cumprir os critérios do RFS (sigla para Renewable Fuel Standard ou Padrão de Combustível Sustentável, na tradução para o português)⁵⁴. Nos documentos publicados pela EPA⁵⁵ - que não respondeu ao contato da **Repórter Brasil** -, não foram identificados critérios sociais entre os requisitos do RFS.



Já para vender para o estado americano da Califórnia, as produtoras de etanol precisam de uma certificação adicional. O estado exige que produtores e importadores atendam a requisitos de intensidade média de carbono, variável usada para medir as emissões de gases de efeito estufa⁵⁶. Quem faz esse cálculo e certifica o combustível é o padrão LCFS (sigla para Low Carbon Fuel Standard ou Combustível Padrão de Baixo Carbono, na tradução para o português)⁵⁷.

A Raízen possui 14 unidades certificadas pelo padrão LCFS⁵⁸. Em janeiro de 2023, a BP Bunge anunciou que 4 unidades do grupo receberam a certificação, entre as quais a Tropical Bioenergia⁵⁹, destino da cana-de-açúcar cultivada pelos trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão em março de 2023.

A CARB, agência governamental da Califórnia que administra a certificação, afirmou, no entanto, que a usina Tropical, da BP Bunge, era certificada pela LCFS apenas até o último trimestre de 2022, mas que não houve renovação do selo. A agência também afirmou que nenhum dos fornecedores da Raízen envolvidos em casos de trabalho

escravo (Usina Coruripe, Colombo Agroindústria e Cerradinho Bioenergia) são certificados pelo padrão LCFS.

Além de certificações internacionais, todas as usinas citadas na investigação da **Repórter Brasil** também possuem o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis do **RenovaBio**, a Política Nacional de Biocombustíveis instituída pelo governo brasileiro em 2017⁶⁰.

O Ministério de Minas e Energia (MME), coordenador da iniciativa, afirmou que os casos de trabalho escravo “não refletem os valores e os princípios que sustentam o RenovaBio”. A pasta afirma, no entanto, que a legislação que criou o programa está concentrada na “contribuição dos biocombustíveis para a redução das emissões de gases de efeito estufa”, e que sua regulação está restrita a quesitos energético-ambientais.

Em 2022, chegou a ser produzida uma proposta para incorporar ao certificado princípios relacionados a direitos dos trabalhadores⁶¹. Contudo, seus critérios atuais permanecem limitados ao meio ambiente.



CONEXÕES FINANCEIRAS

As empresas Usina Coruripe, Colombo Agroindústria e Raízen, citadas neste relatório por conta de conexões recentes ligando suas cadeias de fornecimento a trabalho escravo, obtiveram recentemente investimentos ligados a critérios de sustentabilidade, que lhes dão vantagens especiais como juros mais baixos ou flexibilidade no prazo de pagamento da dívida.

A Usina Coruripe, por exemplo, obteve um empréstimo de R\$ 100 milhões desembolsado pelo banco holandês Rabobank e atrelado a metas ambientais, de acordo com documentos corporativos acessados pela **Repórter Brasil**. O negócio foi anunciado em julho de 2022, apenas dois meses depois do flagrante de trabalho escravo na produção de cana-de-açúcar da empresa.

O Rabobank afirma em sua política socioambiental⁶² não fornecer crédito para empresas que submetam trabalhadores a condições análogas à escravidão. Procurado, o banco disse que não comenta casos específicos. A instituição informou que seu processo de

análise de informações relacionadas a clientes, potenciais clientes ou fornecedores é “robusto e está de acordo com a legislação brasileira relacionada às questões trabalhistas”.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é outro apoiador da Usina Coruripe. Em abril de 2022, semanas antes dos flagrantes de trabalho escravo, a empresa obteve um empréstimo de R\$ 193 milhões por meio de uma linha de crédito específica para empresas que integram o RenovaBio, programa brasileiro de incentivo a produção de biocombustíveis⁶³.

Sobre o caso de trabalho escravo, o banco ressaltou, em resposta à **Repórter Brasil**, que “não teve ciência sobre a existência de sentença condenatória transitada em julgado”. No entanto, após ser informado de que a empresa esgotou todos os recursos de contestação do auto de infração em esfera administrativa, o BNDES afirmou que “irá solicitar esclarecimentos ao cliente e avaliará eventuais medidas a serem tomadas com base nos instrumentos de crédito pactuados”.



A Colombo Agroindústria, por sua vez, emitiu dois “títulos verdes” (conhecido pelo termo em inglês green bonds) em janeiro e agosto de 2021 nos valores de R\$ 358 milhões⁶⁴ e R\$ 400 milhões⁶⁵, respectivamente. A adição do “verde” ao instrumento financeiro assegura que o valor obtido deve ser usado para financiar atividades sustentáveis.

No caso da Colombo, os “títulos verdes” foram usados para financiar a produção de etanol e o cultivo de cana-de-açúcar nas safras 2022/2023 e 2023/2024⁶⁶. Foi justamente nesse período que dois flagrantes de trabalho escravo em plantios da empresa foram identificados, caso mostrado no capítulo 3.

Instrumentos financeiros como “títulos verdes” são vendidos de forma pulverizada no mercado financeiro, mas contam com instituições responsáveis por sua coordenação. No caso dos “títulos verdes” da Colombo Agroindústria, três bancos figuravam como coordenadores das duas operações: UBS BB, Bradesco e Safra⁶⁷.

O UBS BB, criado em 2019 a partir de uma parceria entre o banco suíço UBS e o Banco do Brasil⁶⁸, liderou a coordenação dos dois “títulos verdes”. Em nota

enviada à reportagem, a UBS afirmou não poder comentar sobre transações de clientes específicos, mas disse não fornecer “serviços ou consultoria financeira a clientes cuja atividade principal, ou a transação proposta, esteja associada a graves danos sociais por meio do uso de trabalho forçado”. Essa recomendação está registrada também no documento de Estrutura de Risco Ambiental, Social e Climático do banco de investimento⁶⁹.

O banco Bradesco, em sua Norma de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática⁷⁰, afirma “aplicar medidas impeditivas” para a contratação de operações de crédito a empresas envolvidas com a utilização de mão de obra análoga à de escravo. Procurado pela **Repórter Brasil**, o Bradesco afirmou que não identificou indícios de irregularidade no momento da contratação dos “títulos verdes” da Colombo Agroindústria. “Estamos continuamente trabalhando para aprimorar a nossa gestão e monitoramento socioambiental”, respondeu.

O banco Safra foi procurado, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fechamento deste relatório.



Em 2023, a Raízen obteve um “empréstimo verde” de 300 milhões de euros que tem como instituição garantidora a agência estatal de fomento italiana Sace⁷¹. O objetivo é apoiar a ampliação de negócios ligados à transição energética, como a criação de 20 usinas de Etanol de Segunda Geração (E2G) até 2030. Do lado italiano, afirma a Sace, o investimento auxilia no cumprimento das metas de sustentabilidade de empresas exportadoras do país, em especial no transporte dos itens italianos comercializados globalmente. A agência não respondeu aos questionamentos sobre a operação enviados pela **Repórter Brasil**.

O empréstimo foi realizado por um grupo de bancos internacionais liderados pelo francês BNP Paribas⁷², que já foi denunciado na Justiça francesa por investimentos na pecuária brasileira, associada a casos de desmatamento ilegal e trabalho escravo⁷³.

Em sua política corporativa, o BNP Paribas afirma incluir critérios de respeito aos direitos humanos nas cláusulas de financiamentos de “setores sensíveis”, como a pecuária⁷⁴. O setor do etanol não é incluído neste grupo, e o financiamento de setores ligados à transição energética se tornou prioridade do banco a partir de 2020⁷⁵.

Após ser questionado sobre os casos de trabalho escravo envolvendo o plantio de cana-de-açúcar para abastecer fornecedores da Raízen, o BNP Paribas afirmou que “desconhece as denúncias apresentadas” e disse reforçar seu compromisso com a sustentabilidade, “implementado a partir de um conjunto de Políticas e procedimentos de avaliação e monitoramento ESG, nos diversos países e setores em que atua”.



PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

Como demonstram os casos abordados neste relatório, o aumento dos flagrantes de trabalho escravo em fazendas de cana-de-açúcar está intimamente ligado à também crescente terceirização na contratação de mão-de-obra para o setor. A participação de empreiteiros independentes no negócio, responsáveis por arrematar plantadores de cana para as usinas e seus fornecedores, rebaixa garantias e dilui responsabilidades pelas condições de moradia, alimentação, pagamento e trabalho impostas aos milhares de safristas na cadeia produtiva do açúcar e do etanol.

Para Livia Miraglia, professora de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a permissão ampla e irrestrita da terceirização, instituída pela revisão da lei da terceirização em 2017, garantiu segurança jurídica para que empresas do topo da cadeia transferissem a prestadores de serviços diversas etapas produtivas, como o plantio de cana-de-açúcar.

Segundo ela, a terceirização, quarteirização ou até mesmo a quinteirização inclui intermediários na cadeia produtiva que não têm o mesmo poder aquisitivo e capacidade tecnológica das usinas. “Combinado com o aumento da pobreza de um período pandêmico, temos a retomada de uma situação muito precária de trabalho na cana-de-açúcar”, avalia Miraglia, que também coordena a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG, uma entidade que presta atendimento jurídico gratuito a vítimas dos crimes.

Neste contexto, um caminho possível para reduzir os casos de escravidão é garantir acordos coletivos assinados entre sindicatos locais, usinas e empresas terceirizadas. Nesses acordos, representantes dos trabalhadores e das empresas negociam itens como a garantia do registro formal de trabalho, o salário base para a categoria e as condições especiais para trabalhadores migrantes, como a oferta de alojamentos em condições adequadas. “Aqueles empresas que têm acordo

coletivo, o sindicato está sempre fiscalizando. Essas praticamente não têm casos [de trabalho análogo à escravidão]", afirma Paulo Celio de Jesus, presidente da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Goiás (Fetaer-GO).

Jesus defende que, nos casos em que ocorre a aproximação de empresas com sindicatos locais, há resultados positivos na garantia de direitos. "Muitas usinas contratam o terceiro [prestador de serviço ou fornecedor de cana], mas já falam que precisam procurar o sindicato ou a federação para fazer acordo coletivo. Sem acordo firmado, as empresas não aceitam. Se todas fossem assim, teríamos um nível de trabalho muito melhor no estado de Goiás" - um dos principais focos dos flagrantes recentes de escravidão no setor.

LACUNAS DAS CERTIFICAÇÕES

Outro caminho para garantir direitos aos trabalhadores da cana-de-açúcar se dá via certificações socioambientais. Esses instrumentos, no entanto, possuem lacunas, segundo especialistas ouvidos pela **Repórter Brasil**.

A primeira delas é foco exclusivo de parte dos padrões de certificação do setor em questões ambientais e energéticas. Se a usina cumprir exigências relacionadas à redução de emissão de gases do efeito estufa durante a produção de etanol, ela poderá obter diversas certificações, ainda que tenha um histórico de irregularidades trabalhistas.

Esse é o caso do Certificado de Produção Eficiente de Biocombustíveis do RenovaBio.

Todas as usinas mencionadas nesta investigação eram certificadas pelo programa, que não inclui critérios sociais entre os seus requisitos, como foi apontado no capítulo 4.

Para as certificações do setor sucroenergético que incluem questões sociais, a lacuna que permanece é o monitoramento do cumprimento desses critérios e o diálogo com outros atores, como sindicatos de trabalhadores.

O presidente da Fetaer-GO afirma que os sindicatos também têm dificuldade em acompanhar os processos de certificação das empresas do setor. "Quando tem auditoria da Bonsucro ou de outro selo, as usinas colocam tudo bonitinho e o sindicato não consegue acompanhar essas inspeções", pontua. "Nunca tivemos abertura para conseguir acompanhar uma auditoria ou para que o pessoal da certificação conversasse com a gente nos sindicatos", complementa.

Para Gustavo Ferroni, coordenador de Justiça Rural e Desenvolvimento da Oxfam Brasil, os critérios trabalhistas propostos nas certificações representam um padrão elevado de garantia de direitos humanos. Contudo, o processo tem problemas de monitoramento desses critérios. Há apenas "um esforço mínimo por parte das certificadoras", avalia. "A avaliação dos critérios da certificação continua restrita à lógica de auditorias documentais, restrita ao próprio empregador", justamente o maior interessado na obtenção do selo.

Essa avaliação é corroborada por Cian Delaney, coordenador de campanhas da Transport & Environment, que reúne organizações que buscam promover o transporte sustentável na Europa. Delaney explica que essa análise

muitas vezes é efetuada apenas pela avaliação de documentos contábeis e que esse exame pode ser feito remotamente. Isso torna “limitada” a capacidade de análise dos riscos socioambientais dos empreendimentos que possuem certificação. A terceirização da contratação da auditoria é outro fator que prejudica o processo de análise de riscos, já que a escolha pela certificadora da empresa que irá auditar pode seguir a lógica de concorrência de mercado. “Isso pode criar uma ‘corrida ao fundo do poço’ competitiva, pois as operadoras [certificadoras] procuram a empresa de auditoria mais adequada às suas necessidades”, comenta Delaney. Ou seja, as certificadoras podem escolher auditorias que trabalhem com critérios menos rigorosos de análise de riscos para atender ao que precisa. “Essa concorrência é prejudicial à manutenção de padrões elevados”, pontua.

Em sua avaliação, as certificações do setor não devem ser as únicas responsáveis por garantir o cumprimento de questões trabalhistas. Para se contrapor a este cenário, o representante da Transport & Environment destaca a importância da formulação de políticas públicas. Delaney defende que é papel dos governos garantir recursos em instituições de controle e de regulação, com canais de denúncia e de estruturas de investigação, para identificar e reagir a essas violações trabalhistas tanto na esfera administrativa quanto na jurídica. “Transferir a responsabilidade de monitorar o mercado para sistemas de certificação independentes, como o ISCC, não é suficiente”, opina.

NECESSIDADE DE SE ANTECIPAR AOS RISCOS

Para Ferroni, da Oxfam, as empresas precisam avançar em seus processos de devida diligência, termo que se refere ao ato de identificar, prevenir, mitigar e responder por danos socioambientais que possam causar ou contribuir. Isso vale tanto para as suas produções próprias como para aquelas obtidas de fornecedores.

Internacionalmente, leis de devida diligência já estão em vigor em países como França e Alemanha. Em abril deste ano, o Parlamento Europeu aprovou a Diretiva de Devida Diligência de Sustentabilidade Corporativa⁷⁶, determinando que empresas com sede no bloco verifiquem os impactos socioambientais de suas operações e previnam violações ao longo de suas cadeias de atuação. Com a aprovação, os países membros possuem até dois anos para integrar a diretiva em suas legislações nacionais.

SE A POSTURA É DEIXAR ALGUMA COISA APARECER, PARA DEPOIS TOMAR ALGUMA ATITUDE, ISSO NÃO É DEVIDA DILIGÊNCIA, PORQUE VOCÊ ESTÁ PASSIVO.

Gustavo Ferroni

Coordenador de Justiça Rural e Desenvolvimento da Oxfam Brasil

“Você tem que saber e demonstrar que sabe os riscos para os direitos humanos das suas operações. Tanto as empresas quanto as certificadoras deveriam ter um processo mais ativo”, explica Ferroni.

Os casos de trabalho escravo identificados pela **Repórter Brasil** podem representar uma violação à lei de devida diligência caso as empresas que comercializam o combustível no bloco estejam dentro do escopo da legislação. Esta é avaliação da Théa Bounfour, advogada da Sherpa, organização não-governamental que utiliza o sistema judicial para cobrar responsabilidades de agentes financeiros sobre violações socioambientais.

Isso porque não são todas as empresas que atuam na União Europeia que deverão, por lei, garantir a devida diligência em seus processos produtivos. As regras recaem apenas sobre empresas com faturamento anual superior a 450 milhões de euros e mais de 1 mil funcionários⁷⁷.

“A diretriz se aplica não apenas às atividades da própria empresa, mas também às de suas subsidiárias e às operações realizadas pelos parceiros comerciais nas cadeias de valor da empresa”, complementa Bounfour.

PAPEL DOS FINANCIADORES

As instituições financeiras responsáveis pela coordenação dos “títulos verdes” possuem políticas sociais e ambientais próprias, conforme destacado no capítulo 5. O seu monitoramento, no entanto, ainda é frágil, apontam especialistas consultados pela **Repórter Brasil**.

“Os casos mencionados e o fato de que os resgates [de trabalhadores no plantio de cana] tenham aumentado demonstram que as instituições financeiras não estão fazendo o suficiente para prevenir violações de direitos humanos”, avalia Merel van der Mark, coordenadora da Coalizão Florestas e Finanças, que realiza pesquisas e campanhas por maior transparência no setor financeiro.

Na avaliação de van der Mark, as instituições financeiras precisam implementar políticas de direitos humanos mais robustas.

AÇÕES PARA BANCOS EVITAREM CASOS DE VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS ASSOCIADAS A EMPRÉSTIMOS E A ‘TÍTULOS VERDES’:

- Exigir de clientes e dos fornecedores de clientes processos de devida diligência e monitoramento para eliminar o trabalho escravo ao longo da cadeia produtiva.
- Avaliar se potenciais clientes e seus fornecedores cumprem a legislação, consultando a “lista suja” do trabalho escravo, verificando a existência de infrações trabalhistas e de denúncias de trabalho escravo, e monitorando a ocorrência de operações de resgate de trabalhadores em potenciais clientes.
- Incluir cláusulas contratuais que permitam o cancelamento de contratos e a aplicação de sanções caso um cliente seja incluído na “lista suja” após a concessão de crédito.
- Antecipar-se aos riscos e negar empréstimos caso existam indícios de envolvimento com trabalho escravo.

Sugestões de Merel van der Mark, coordenadora da Coalizão Florestas e Finanças

A photograph of a person carrying a large bundle of harvested sugarcane stalks on their shoulder. The person is wearing a dark, long-sleeved shirt and a dark apron. The background shows a sugarcane field with tall stalks and green leaves. The image is partially covered by a teal-colored text box.

Essas políticas devem se estender a todos os serviços financeiros realizados pela instituição, como coordenação de “títulos verdes” e operações de garantia de crédito.

“Embora as instituições financeiras possam não ser diretamente responsáveis pelas ações

de seus clientes ou dos fornecedores de seus clientes, elas têm o dever de se envolver proativamente em processos de devida diligência ambiental e social e de considerar os impactos de suas decisões financeiras”, complementa Cian Delaney, da Transport & Environment. ■

ANEXO

**O que dizem
as empresas,
os financiadores
e as certificadoras**

BP Bunge Bioenergia

A BP Bunge Bioenergia repudia toda e qualquer prática irregular e não compactua com condições degradantes de trabalho. A companhia esclarece que trata com seriedade os direitos trabalhistas, exigindo o mesmo compromisso das empresas que integram sua cadeia produtiva.

Nesse sentido, a empresa conta com um processo estruturado de seleção, homologação, auditoria, desenvolvimento e melhoria contínua de fornecedores e prestadores de serviço, que ficou ainda mais rigoroso após o episódio ocorrido em 2023, envolvendo irregularidades identificadas em prestador de serviço terceirizado na contratação de trabalhadores para atuação em atividades de plantio manual e tratos culturais, em áreas da companhia no estado do Goiás.

Ainda sobre este caso, a BP Bunge Bioenergia esclarece que, assim que tomou conhecimento da situação agiu rapidamente em defesa dos trabalhadores tendo arcado prontamente com os pagamentos indenizatórios estabelecidos pelas autoridades fiscalizadoras, para retorno imediato dos trabalhadores aos seus locais de origem. Também se manteve de prontidão para colaborar com as autoridades para a devida apuração dos fatos.

Além disso, a empresa reforça que solicitou esclarecimento adicional aos demais prestadores de serviços de atividades similares sobre a contratação e condições de trabalho de sua mão-de-obra, além de realizar auditorias complementares, que se somaram às auditorias regulares. Vale mencionar ainda que, a partir deste episódio, a companhia promoveu mudanças estruturantes nos processos de plantio e tratos culturais, internalizando e automatizando a operação para a realização destas atividades.

Com uma conduta igualmente diligente, a empresa atuou no caso do incêndio de origem desconhecida que atingiu um ônibus que transportava trabalhadores em um canal em Ituiutaba (MG), em 2021, episódio que é motivo de grande pesar para a companhia. Desde o acidente, a BP Bunge Bioenergia prestou todo o apoio aos colaboradores e seus familiares e manteve o diálogo para identificar as necessidades de assistência, incluindo custeio integral dos tratamentos médicos, hospitalares e domiciliares, além de outros auxílios de diversas naturezas, tendo cumprido e colaborado com todas as etapas do processo conduzido pelas autoridades.

A companhia tem a segurança como um valor vital e inegociável e, portanto, dedicou-se a aperfeiçoar os procedimentos e estrutura relacionados à prevenção e combate de incêndios, tendo sido feitos, desde então, massivos investimentos em treinamentos, campanhas internas e externas de conscientização, além de equipamentos e caminhões-bombeiro com controle remoto de jato d'água e outras tecnologias voltadas à prevenção e combate de incêndios, incluindo um sistema de monitoramento por satélite e câmeras de alta definição que alertam sobre condições climáticas favoráveis para propagação de focos de fogo e princípios de incêndio. Com isso, nos últimos anos, a empresa alcançou uma redução de 63% na incidência de incêndios e áreas queimadas nas regiões onde opera, garantindo assim mais segurança não somente para os colaboradores, como também para toda a comunidade.

Colombo Agroindústria

A Colombo Agroindústria foi prejudicada, à época, em razão da divulgação precipitada de informações que se revelaram falsas após as investigações cível e criminal, que não constataram práticas de trabalho análogo à escravidão por parte da R Pereira Coelho Serviços de Plantio (RPC). O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público e a RPC também não reconheceu a ocorrência de trabalho escravo.

Desde que a companhia teve conhecimento do ocorrido com a RPC, instalou um procedimento de apuração e sindicância, por meio de consultoria externa; apoiou o Ministério Público do Trabalho, fornecendo todas as informações necessárias para as investigações; assegurou que os funcionários envolvidos na situação retornassem, imediatamente, aos seus domicílios de origem; revisou as condições de moradia coletiva de todas as prestadoras de serviço; e implementou melhorias na política de contratação de serviços.

A empresa não tolera qualquer forma de contratação de colaboradores diretos ou indiretos que não esteja em conformidade com as leis e com o respeito à dignidade humana. Para isso, conta com políticas rigorosas que orientam a seleção de fornecedores com base em critérios socioambientais, incluindo direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade.

Com relação à fiscalização de seus fornecedores, regularmente são realizadas auditorias in loco, conduzidas por profissionais internos e externos, que avaliam práticas trabalhistas, de saúde e segurança, impactos ambientais, entre outros.

Há mais de 80 anos no mercado, a Colombo é reconhecida pelo total cumprimento à legislação, com atuação marcada pelo respeito aos funcionários, aos prestadores de serviços, à comunidade e à sociedade. A empresa reforça seu compromisso com a ética e repudia práticas de trabalho análogas à escravidão.

*A **Repórter Brasil** fez um questionamento adicional à Colombo Agroindústria, pontuando que a atuação administrativa que responsabiliza a empresa prestadora de serviços segue vigente e que o andamento processual deste processo pode ser acompanhado no site do Ministério do Trabalho e Emprego. A usina, por sua vez, afirmou que “a RPC não presta mais serviços para a Colombo. Além disso, não possuímos acesso às informações sigilosas referentes à RPC”.*

Cerradinho Bioenergia

Em maio de 2022, assim que a Cerradinho tomou conhecimento do inquérito envolvendo um prestador de serviço de um de seus fornecedores de matéria prima, a companhia imediatamente entrou em contato com o referido fornecedor e o notificou formalmente com base nas obrigações, por ele assumidas em contrato, de cumprir todas as normas e legislações vigentes. Solicitamos ainda que esse fornecedor atendesse prontamente a todas as determinações das autoridades públicas envolvidas na investigação dos fatos objeto do Inquérito Civil, dentro do prazo por elas estabelecido, a fim de que fossem esclarecidas e efetivamente solucionadas todas e quaisquer eventuais irregularidades denunciadas, sob pena de, na hipótese de não atendimento, implicar na rescisão imediata do contrato.

No início de junho de 2022, o fornecedor nos informou que firmou, junto ao Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública da União, um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) por meio do qual ele reiterava a sua intenção de cumprir tudo o que a legislação determina e que havia contratado uma empresa especializada em saúde e segurança do trabalho para melhor assessorá-los, de forma permanente, daquele momento em diante. A Cerradinho não foi citada no TAC em questão por entendimento dos órgãos de fiscalização e do Ministério Público do Trabalho de que não havia responsabilidade da Cerradinho no caso investigado e já encerrado.

A Cerradinho adota critérios rígidos para a contratação de fornecedores e, no ato da contratação, exige certidões emitidas pelos órgãos oficiais (Tribunais do Trabalho, MTE, MPT, INSS, FGTS, entre outros). O contratado assume, por cláusula contratual, a obrigação de entregar matéria-prima cultivada em estrito cumprimento da legislação em vigor, notadamente no que diz respeito à legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, incluindo, mas não se limitando, a proibição expressa de emprego de mão-de-obra infantil ou de mão-de-obra em condições análogas à de escravo. Além disso, a área de Segurança do Trabalho da Cerradinho faz vistorias frequentes das atividades terceirizadas, inclusive em alojamentos de fornecedores. Quando identificada qualquer irregularidade, o fornecedor é imediatamente notificado a saná-la, sob pena de rescisão contratual. Em linha com o firme compromisso da empresa de sempre adotar as melhores práticas em todas as suas áreas, essa fiscalização se tornou ainda mais rígida e frequente desde 2022, incluindo terceirizados eventualmente contratados por nossos fornecedores de matéria-prima e outros insumos.

Usina Coruripe

A Usina Coruripe reafirma seu compromisso com a rigorosa observância dos contratos firmados com todos os seus fornecedores, pautando-se por princípios de excelência e respeito às normas brasileiras. A empresa refuta categoricamente as acusações apresentadas, destacando que os autos de infração emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são objeto de uma Ação Anulatória na Justiça. Neste mês, foi publicada uma decisão favorável ao pedido de tutela antecipada, impedindo que o MTE inscreva a Coruripe no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão. Adicionalmente, a Polícia Federal instaurou um inquérito penal com base nos autos de infração do MTE, concluindo pela inexistência dessa prática por parte da Usina Coruripe.

A decisão judicial favorável à Usina Coruripe é um importante precedente no reconhecimento da necessidade de uma análise criteriosa e justa das acusações de trabalho irregular. A tutela antecipada concedida demonstra que a Justiça está atenta à necessidade de proteger as empresas de acusações infundadas, garantindo que apenas casos comprovados sejam punidos.

A Usina Coruripe reforça a importância da conformidade com as normas ambientais e trabalhistas no setor sucroenergético, onde tem se destacado pela implementação de políticas rigorosas de compliance e responsabilidade social, o que é fundamental para a sustentabilidade e credibilidade do setor.

Autorizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) desde agosto de 2022, a companhia segue dedicada à fiscalização de 72 itens relacionados à segurança e às condições de trabalho nas empresas fornecedoras de cana-de-açúcar.

A Usina Coruripe também criou um canal exclusivo de denúncias (<https://www.usinacoruripe.com.br/transparencia>), em que todas as irregularidades identificadas serão corrigidas ou, caso contrário, reportadas às autoridades competentes para as devidas providências legais. Antes dessa autorização, a empresa estava impedida de realizar fiscalizações “in loco” em seus fornecedores.

Em conformidade com uma rigorosa política de compliance, os fatos foram esclarecidos a clientes, colaboradores e à sociedade em geral em 2022.

Prestando quase um século de serviços, a Usina Coruripe, que completará 100 anos de atividades em fevereiro de 2025, reitera seu reconhecimento pelo alto padrão de responsabilidade social que norteia suas operações no setor sucroenergético brasileiro. Atualmente, a companhia emprega diretamente mais de 8 mil colaboradores em suas quatro unidades produtivas em Minas Gerais (Iturama, Campo Florido, Carneirinho e Limeira do Oeste) e uma em Alagoas (Coruripe), além de um terminal ferroviário próprio em Iturama.

Raízen

A Raízen acompanha processos e avalia constantemente a situação de seus parceiros de acordo com o seu código de conduta de fornecedores. A companhia informa que não possui vínculo com empresas que figuram no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A Empresa repudia quaisquer situações de desrespeito à legislação trabalhista e às normas de saúde e segurança do trabalho, e espera de seus fornecedores e parceiros comerciais o cumprimento da legislação aplicável às suas atividades e a adoção das melhores práticas de mercado.

Em relação às ações do MPT de 2014, cabe dizer que uma das condenações ao pagamento de indenização já foi revertida pela Justiça em recurso da Raízen, enquanto a outra ação em questão é objeto de recurso e aguarda julgamento do TST. A Raízen ressalta que, mesmo com a autorização do Tribunal, não voltou a terceirizar essas atividades.

Posicionamento adicional enviado dia 14/08

A Raízen reforça que realiza o monitoramento contínuo de seus fornecedores e sua aderência ao código de conduta da companhia, incentivando a adoção de melhores práticas e respeito total à legislação, a qual, se desrespeitada, pode resultar no encerramento de tal parceria.

Greenfield

Temos o seguinte a informar:

[1] A Greenfield não tem relação direta com a Usina Coruripe, a Colombo Agroindústria ou a Cerradinho Bioenergia. No entanto, a Greenfield está acompanhando a Raízen para entender mais sobre as informações contidas em seu e-mail e quais ações eles tomaram ou estão tomando para lidar com essas alegações.

[2] Em conexão com os requisitos de relatórios regulatórios anuais da Greenfield, fizemos consultas à nossa cadeia de produção no início deste ano, incluindo a Raízen, para confirmar que eles têm políticas e procedimentos em vigor para garantir que os produtos não estejam sendo fornecidos direta ou indiretamente a eles ou à Greenfield usando trabalho forçado.

[3] Com base nas informações, políticas e respostas sólidas que recebemos da Raízen no primeiro trimestre de 2024, não tínhamos motivos na época para acreditar que existia trabalho forçado em sua cadeia de produção.

[4] Caso descobramos que isso está incorreto, solicitaremos à Raízen que corrija imediatamente qualquer não conformidade de forma satisfatória, caso contrário, a Greenfield deixará de fazer negócios com eles.

Levamos muito a sério as alegações que foram feitas e estamos buscando uma resposta rápida da Raízen. Esperamos que isso satisfaça sua solicitação de informações.

Mitsui&CO

Analisamos o caso e podemos confirmar que não temos nenhum contrato de fornecimento de bioetanol com a Usina Coruripe.

Entretanto, compramos parte de nosso bioetanol de um grande fornecedor que obtém o etanol de várias fontes não especificadas no Brasil, incluindo a Usina Coruripe. Nosso contrato com esse fornecedor inclui o compromisso de que ele cumpra os padrões ambientais e de direitos humanos da Mitsui, que estão alinhados com os padrões internacionais. Consideramos nossas políticas e processos de direitos humanos uma prioridade em nossos negócios e estamos em contato com o fornecedor para obter um entendimento completo da situação. O etanol que compramos é enviado principalmente para o Japão e a Coreia.

Como você pode entender, levará mais tempo para apurar todos os fatos.

Vibra

A Vibra tem uma política rigorosa quanto à violação de direitos humanos. Tendo em vista as notícias divulgadas, vamos apurar os fatos, e havendo indícios de potenciais irregularidades que violem nossos princípios e preceitos de integridade empresarial e respeito à vida humana, tornando crítica a relação contratual, o compliance em conjunto à governança da companhia tomarão as medidas previstas.

Ipiranga

A Ipiranga tem mecanismos de controle e monitoramento periódico sobre as empresas contratadas que fazem parte de sua cadeia de fornecimento. Na eventualidade de serem identificadas práticas indevidas, são adotadas medidas alinhadas às diretrizes de seu Código de Ética para sua correção ou descontinuidade da relação com o fornecedor.

Com relação às empresas citadas, além de demandar o ajuste de suas condutas para que possam continuar a ser contratadas, a Ipiranga vem questionando, rotineiramente, o atendimento às suas

diretrizes de integridade, o que inclui assinaturas de termos de declaração e responsabilidade, acompanhamento periódico de cumprimento de plano de ação; ou relatórios de resultados das medidas adotadas como condicionante para renovação contratual. Caso seja identificada alguma prática não conforme, medidas como suspensão ou encerramento do contrato serão implementadas.

A Ipiranga possui um Programa de Integridade robusto e é engajada em práticas de negócios sustentáveis em contribuição aos princípios estabelecidos pelo Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que são traduzidos no compromisso com a promoção dos Direitos Humanos e por meio do Código de Ética e suas Políticas Corporativas, amplamente divulgados aos seus colaboradores e fornecedores. Reforçamos que a companhia é signatária do pacto contra o trabalho escravo e que toda e qualquer forma de exploração de trabalho é repudiada pela Ipiranga.

LanzaJet

A LanzaJet mantém um código de conduta empresarial rigoroso em toda a sua cadeia de suprimentos, incluindo a aquisição de etanol de empresas certificadas pelo ISCC Plus, ISCC CORSIA e Bonsucro, que abrangem rigorosos critérios de direitos humanos e trabalhistas auditados anualmente por uma terceira parte.

FINANCIADORES

Rabobank

O Rabobank Brasil agradece o contato e informa que não comenta casos específicos. Reforça ainda que seu processo de análise de informações relacionadas a clientes, potenciais clientes ou fornecedores é robusto e está de acordo com a legislação brasileira relacionada às questões trabalhistas, especialmente, mas não se limitando, às regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, além de atender a todos os requisitos e obrigações estabelecidos por órgãos reguladores, agentes de mercado bem como à eventuais decisões administrativas e/ou judiciais.

BNP Paribas

O BNP Paribas Brasil esclarece que, até o momento, desconhece as denúncias apresentadas. O banco reforça seu compromisso com a sustentabilidade, implementado a partir de um conjunto de Políticas e procedimentos de avaliação e monitoramento ESG, nos diversos países e setores em que atua.

BNDES

O BNDES adota em seus contratos de financiamento Cláusula Social que explicita o combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo no Brasil. O Banco aborda essa questão em diferentes momentos do seu fluxo operacional.

Antes da aprovação de um financiamento, o BNDES realiza a análise cadastral do cliente, na qual busca identificar impedimentos ao relacionamento de ordem legal ou decorrentes de políticas internas do Banco. Um dos itens pesquisados é a inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, de que trata a Portaria Interministerial MTE/MDHC nº 15 de 26/07/2024. A análise cadastral é atualizada periodicamente no intuito de verificar se há eventuais novos impedimentos.

Após essa etapa, para que se possa contratar a operação de financiamento, a empresa deve comprovar a inexistência de decisão administrativa final sancionadora de atos que importem a prática de trabalho em condições análogas à escravidão praticados pelo cliente ou por seus dirigentes. Nesse momento, a empresa não pode estar inscrita no Cadastro de Empregadores, sendo realizada nova checagem junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Uma vez contratada a operação, o Banco também conta com medidas para identificar e acompanhar situações associadas a eventuais condenações, sanções, acordos judiciais ou termos de ajuste de conduta. Durante a fase de desembolso e acompanhamento do projeto, é possível aplicar medidas como restrições cadastrais e suspensão de desembolsos.

O BNDES prevê ainda em seus instrumentos de financiamento que empresas que descumprirem a legislação sobre trabalho análogo à escravidão estarão sujeitas a vencimento antecipado, com a exigibilidade da dívida e imediata suspensão de qualquer desembolso, além das demais punições previstas em lei.

Todas essas medidas são regularmente adotadas pelo BNDES em suas operações de financiamento para avaliar possíveis impedimentos relacionados a práticas de trabalho em condições análogas à escravidão.

Em relação à Usina Coruripe, vale registrar que, até o momento, não foram identificados alertas impeditivos relacionados à prática de trabalho em condições análogas à escravidão, e o BNDES não teve ciência sobre a existência de sentença condenatória transitada em julgado. Não obstante, considerando a informação sobre a existência de suposto auto de infração com esgotamento das vias recursais, o Banco irá solicitar esclarecimentos ao cliente e avaliará eventuais medidas a serem tomadas com base nos instrumentos de crédito pactuados.

Por fim, destaca-se que o BNDES busca continuamente contribuir para a promoção do trabalho decente. A assinatura de um memorando de entendimentos com a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

em novembro de 2023, exemplifica esse compromisso. Nele, foi estabelecida agenda de trabalho que inclui áreas de interesse comum: prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo ou análogo à escravidão; enfrentamento a todas as formas de exploração, discriminação, violência e agressão no mundo do trabalho, com ênfase em questões de gênero, raça e etnia; promoção da saúde e segurança no trabalho e de cadeias produtivas sustentáveis, inclusivas e livres de violações; e direitos dos povos indígenas, quilombolas e outros povos ancestrais.

Bradesco

O Bradesco possui governança, políticas e normas para gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos. Vale destacar que não identificamos indícios de irregularidade no momento da contratação da operação e que estamos continuamente trabalhando para aprimorar a nossa gestão e monitoramento socioambiental.

UBS BB

Nossos padrões de riscos de sustentabilidade e climático (SCR), conforme descrito em nossa estrutura de política de sustentabilidade e risco climático, estipulam as atividades controversas e áreas de preocupação com as quais não nos envolvemos, ou nos envolveremos atendendo aos critérios rigorosos vigentes em nossas políticas. Isso inclui que, sabidamente, não forneceremos serviços ou consultoria financeira a clientes cuja atividade principal, ou a transação proposta, esteja associada a graves danos sociais por meio do uso de trabalho forçado.

Não podemos comentar sobre relacionamentos ou transações de clientes específicos ou potenciais com qualquer empresa em particular.

Você pode encontrar a aplicação prática de nossos padrões ESG em <https://www.ubs.com/global/en/sustainability-impact/sustainability-reporting/sustainability-report-twenty-three.html>

CERTIFICADORAS

Bonsucro

Como plataforma de mudança, a Bonsucro está comprometida em promover o respeito ao trabalho decente e aos direitos humanos no setor da cana-de-açúcar por meio do nosso Código de Conduta e da implementação dos padrões. Mas a certificação por si só nunca será a única resposta a estas

questões complexas e sistêmicas. Estas são questões desafiantes de direitos humanos que precisam ser abordadas de forma holística através de ações coletivas.

Todos os membros da Bonsucro devem comprometer-se com o Código de Conduta da Bonsucro e ter em vigor políticas adequadas de direitos humanos e mecanismos de reclamação que estejam alinhados com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas. Se houver evidências de aumento de riscos aos direitos humanos em relação a um determinado membro, a Bonsucro realiza uma devida diligência mais profunda para verificar se a empresa está agindo para identificar, mitigar ou remediar tais riscos. A Bonsucro pode exigir que os membros desenvolvam e implementem um Plano de Ação específico. Nesses casos, a Bonsucro monitora regularmente a implementação do Plano de Ação e pode suspender o membro, se o plano não estiver sendo implementado.

Sempre que tomamos conhecimento de alegações de abuso a direitos humanos em relação a uma empresa certificada, tomamos medidas imediatas. Isto inclui informar os organismos independentes de certificação relevantes, que realizaram as auditorias, para solicitar que reúnam detalhes da situação e o que está sendo feito para a resolução. Os Organismos de Certificação Licenciados têm a responsabilidade de seguir os requisitos estabelecidos no Protocolo de Certificação Bonsucro, que incluem a realização de uma avaliação de riscos antes de realizar auditorias Bonsucro para garantir que a auditoria cubra os principais riscos sistêmicos da empresa que está sendo auditada. Os organismos de certificação são obrigados a investigar problemas e monitorar ações corretivas. E, caso seja identificado descumprimento de indicadores de direitos humanos, retirar a certificação da empresa.

Estamos melhorando continuamente nossa abordagem, e o novo Padrão de Produção Bonsucro (BPS 5.2) exige que as usinas avaliem os riscos de trabalho infantil e forçado além das fazendas certificadas pela Bonsucro, com planos de ação para apoiar fazendas de cana de-açúcar não-certificadas a endereçar riscos. A partir de 2 de dezembro de 2023, as usinas certificadas vêm sendo auditadas em relação a estes novos requisitos.

Estamos financiando ações coletivas sobre direitos humanos no Brasil através do nosso Fundo de Impacto Bonsucro. Também estamos ministrando sessões de treinamento em direitos trabalhistas nas principais regiões do Brasil para promover condições de trabalho mais seguras em fazendas e usinas. Tais iniciativas e projetos continuarão a ser desenvolvidos para abordar questões de direitos trabalhistas e para unir nossos membros e fazer uma diferença positiva no setor canavieiro.

CARB (California Air Resources Board)

Examinamos nossos registros e determinamos que os associados da BPBunge tiveram caminhos certificados para o etanol de açúcar combustível de acordo com os regulamentos dgível para relatórios

a partir do segundo trimestre de 2022, mas eles solicitaram o cancelamento do caminho no quarto trimestre de 2022. Nenhuma transação foi relatada.

Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos Ltda: dois caminhos de Nível 1 foram certificados em 2016 (de acordo com o método CA-GREET2.0), um para açúcar de cana-de-açúcar e outro para melão. Esses caminhos foram autorizados a reportar até o final de 2020 e não foram recertificados.

No caso da Raízen, nenhuma das três entidades fornecedoras listadas no e-mail original está registrada no LCFS.

Ministério de Minas e Energia

O Ministério de Minas e Energia (MME) esclarece que apoia integralmente a erradicação do trabalho realizado em condição análoga à de escravo e do trabalho degradante, por meio das ações de fiscalização coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Situações como as citadas não refletem os valores e os princípios que sustentam o Renovabio, que foi criado com objetivo de promover um setor sustentável e responsável, comprometido com a redução das emissões de gases de efeito estufa e a valorização do trabalhador rural.

Ainda nesse sentido, é importante salientar que a participação dos produtores de biocombustíveis (emissores primários) no programa se dá de forma voluntária, cabendo à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a certificação dos produtores e importadores de biocombustíveis cadastrados. Por meio da certificação, são atribuídas notas para produtores e importadores de biocombustível em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental).

Portanto, a legislação do programa Renovabio (Lei nº 13.576/2017, regulamentada pelos Decretos nº 93365/2018 e nº 9.888/2019 e pela Resolução ANP nº 752/2018, que dispõe sobre o processo de certificação dos produtores), tem como foco a comprovação da contribuição dos biocombustíveis para a redução das emissões de gases de efeito estufa, quando utilizados em substituição aos combustíveis fósseis. Com isso, a ênfase da regulação do programa se dá nos quesitos energético-ambientais.

De qualquer maneira, é evidente que todos os agentes que participam do programa, na qualidade de produtores autorizados pela ANP, devem obedecer ao ordenamento jurídico do país, podendo ter como consequência a revogação da autorização do exercício de suas atividades comerciais. O MME continuará a apoiar o compromisso com a promoção da dignidade no trabalho, a proteção dos trabalhadores e a transparência nas cadeias produtivas.

NOTAS

- 1 <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/share-of-global-ethanol-output-by-country-between-2017-and-2023>
- 2 <https://unicadata.com.br/listagem.php?idMn=4>
- 3 https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14245/2/Panoramas%20Setoriais%202030%20-%20Sucroenegerg%C3%A9tico_P_BD.pdf
- 4 <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/etanol-comercio-exterior-brasileiro-exportacoes-anos-anteriores>
- 5 <https://unicadata.com.br/listagem.php?idMn=19>
- 6 <https://www.raizen.com.br/blog/e2g-formula-1-formula-indy>
- 7 <https://www.lanzajet.com/sustainable-fuels>
- 8 <https://www.bloomberglinea.com.br/agro/raizen-faz-1-envio-de-etanol-a-usina-de-combustivel-de-aviacao-sustentavel-nos-eua/>
- 9 <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-04-16/brazil-makes-first-ethanol-for-green-jet-fuel-rocking-us-rivals>
- 10 <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-04-22/brazil-makes-first-shipment-of-ethanol-to-us-jet-fuel-plant>
- 11 <https://exame.com/esg/raizen-e-a-primeira-produtora-de-etanol-no-mundo-a-receber-certificacao-para-producao-de-saf/>
- 12 BP Bunge Bioenergia: <https://bpbunge.com.br/bp-bunge-esta-habilitada-para-fornecimento-de-etanol-para-producao-de-saf/> / Usina Coruripe: <https://www.novacana.com/noticias/coruripe-conclui-auditoria-certificacao-internacional-producao-saf-150324/> / São Martinho e Adeagro: <https://globo.com/agricultura/cana/noticia/2024/03/coruripe-ja-pode-vender-etanol-para-industria-de-bioquerosene-de-aviacao.ghtml>
- 13 <https://direct.mit.edu/rest/article-abstract/106/1/202/108835/How-Green-Is-Sugarcane-Ethanol?redirectedFrom=fulltext>
- 14 https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/11/Relatorio-SEEG-gases-estufa_2023FINAL.pdf
- 15 <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>
- 16 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/05/31/ha-trabalhadores-que-cortam-ate-30-toneladas-de-cana-por-dia-diz-procurador>
- 17 <https://unicadata.com.br/listagem.php?idMn=4>
- 18 <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>
- 19 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm
- 20 <https://www.bunge.com.br/Press-Releases/Bunge-e-BP-criam-empresa-lder-em-bioenergia>
- 21 https://www.bp.com/pt_br/brazil/home/produtos-e-servicos/bp-bunge-bioenergia.html
- 22 https://www.bp.com/pt_br/brazil/home/produtos-e-servicos/bp-bunge-bioenergia.html
- 23 <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/03/18/maior-operacao-de-2023-resgata-212-escravizados-na-producao-de-cana-em-go.htm>
- 24 <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/08/28/trabalhador-morre-apos-incendio-em-canavial-atingir-onibus-em-ituiutaba.ghtml>
- 25 <https://bpbunge.com.br/en/bp-bunge-consolidates-itself-in-the-bioenergy-sector-with-30-growth-in-3-years-of-operation/>
- 26 Idem
- 27 <https://bpbunge.com.br/bp-bunge-esta-habilitada-para-fornecimento-de-etanol-para-producao-de-saf/>
- 28 <https://www.bp.com/en/global/corporate/news-and-insights/press-releases/bp-to-acquire-full-ownership-of-bp-bunge-bioenergia-while-refocusing-plans-for-new-biofuels-projects.html> / <https://www.reuters.com/sustainability/bp-plans-foray-into-2g-ethanol-sustainable-jet-fuel-with-brazil-base-2024-06-21/>
- 29 <https://www.usinacoruripe.com.br/institucional#historia>
- 30 <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/01/agro-100/>
- 31 <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/fazenda-de-fornecedora-da-coca-cola-e-dos-postos-ipuranga-e-palco-de-morte-e-trabalho-escravo/>
- 32 <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/fazenda-de-fornecedora-da-coca-cola-e-dos-postos-ipuranga-e-palco-de-morte-e-trabalho-escravo/>
- 33 <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/01/agro-100/>
- 34 <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/04/raizen-registra-moagem-recorde-de-cana-em-23-24-com-alta-de-15/>
- 35 <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/04/raizen-registra-moagem-recorde-de-cana-em-23-24-com-alta-de-15/>
- 36 <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/c016735f-1711-48ce-919f-a8c701b83c19/a0d798db-b321-f329-ed48-ea49b20bdf02?origin=1>

- 37 <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2014/04/raizen-e-condenada-em-r-105-mi-por-mas-condicoes-de-trabalho-em-lavouras.html>
- 38 <https://reporterbrasil.org.br/2018/10/exaustos-trabalhadores-cortavam-22-toneladas-de-cana-por-dia-para-raizen/>
- 39 <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2023/03/03/embarque-de-etanol-aliviou-pressao-na-safra.ghtml>
- 40 <https://epbr.com.br/raizen-comeca-a-operar-maior-usina-de-etanol-2g-do-mundo/>
- 41 <https://www.youtube.com/watch?v=z5Ni-pUNdqQ&t=40s>
- 42 <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-04-22/brazil-makes-first-shipment-of-ethanol-to-us-jet-fuel-plant>
- 43 <https://www.lanzajet.com/news-insights/lanzajet-announces-first-of-a-kind-20-million-investment-from-global-airport-operator-groupe-adp>
- 44 <https://www.icao.int/environmental-protection/CORSIA/Pages/default.aspx>
- 45 <https://www.iscc-system.org/certification/iscc-certification-schemes/iscc-corsia/>
- 46 <https://exame.com/esg/raizen-e-a-primeira-produtora-de-etanol-no-mundo-a-receber-certificacao-para-producao-de-saf/>
- 47 <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/certificacoes>
- 48 <https://bonsucro.com/>
- 49 <https://bonsucro.com/wp-content/uploads/2021/01/Certification-benefits-2020-PT.pdf>
- 50 <https://bonsucro.com/certified-members/>
- 51 https://bonsucro.com/wp-content/uploads/SCH_Bonsucro-Production-Standard-v5.2-July-2023-PT.pdf
- 52 <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/certificacoes>
- 53 <https://bpbunge.com.br/bp-bunge-bioenergia-obtem-certificacao-internacional-que-atesta-sustentabilidade-na-producao-de-etanol/>
- 54 <https://www.epa.gov/renewable-fuel-standard-program/overview-renewable-fuel-standard-program>
- 55 <https://www.epa.gov/renewable-fuel-standard-program>
- 56 <https://afdc.energy.gov/laws/6308>
- 57 <https://ww2.arb.ca.gov/our-work/programs/low-carbon-fuel-standard>
- 58 <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/certificacoes>
- 59 <https://bpbunge.com.br/unidades-da-bp-bunge-obtem-certificacao-carb-para-exportar-etanol-a-california/>
- 60 <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/renovabio/certificados-producao-importacao-eficiente-biocombustiveis>
- 61 https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/Selo-RenovaBio-Social_SE.pdf
- 62 <https://media.rabobank.com/m/363eb0ac14436b9a/original/Politica-Socioambiental-Portugues-pdf.pdf>
- 63 <https://www.usinacoruripe.com.br/noticias/usina-coruripe-recebe-r-193-milhoes-do-bndes-em-financiamento-ligado-ao-renovabio>
- 64 <https://www.novacana.com/noticias/acionistas-colombo-aprovam-emissao-r-360-milhoes-debentures-verdes-050321/> / https://www.b3.com.br/data/files/E9/D6/7F/FB/2DE68710C93D1687AC094EA8/COLOMBO_DEF.pdf
- 65 <https://www.novacana.com/noticias/grupo-colombo-emissao-debentures-verdes-valor-r-400-milhoes-250821/>
- 66 <https://spositawi.s3.sa-east-1.amazonaws.com/20210330+Colombo+Agroindustria.pdf> / <https://spositawi.s3.sa-east-1.amazonaws.com/20210330+Colombo+Agroindustria.pdf>
- 67 https://www.b3.com.br/data/files/E9/D6/7F/FB/2DE68710C93D1687AC094EA8/COLOMBO_DEF.pdf/
- 68 <https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank.html>
- 69 https://www.ubs.com/global/pt/legal/country/brazil/ubs_servicos/_jcr_content/mainpar/toplevelgrid_652008337/col1/linklist/link_395809190.1157492050.file/WlvYnlvZG9jL2VzdHJ1dHVyYS1kZS1yaXNjby1hbWJpZW50YWwtc29jaWFsLWUtY2xpbWF0aWNvLXVicy1iYi5wZGY=/estrutura-de-risco-ambiental-social-e-climatico-ubs-bb.pdf
- 70 https://banco.bradesco/assets/classic/pdf/sustentabilidade/PT_PRISAC-BRADESCO_Responsabilidade-Social-Ambiental-e-Climatica.pdf
- 71 <https://www.raizen.com.br/en/press-office/sace-launches-the-first-green-push-and-supports-italian-exports-to-brazil-alongside-raizen>
- 72 <https://www.sace.it/en/media/sace-launches-the-first-green-push-and-supports-italian-exports-to-brazil-alongside-raizen-with-a-loan-granted-by-a-group-of-international-banks-led-by-bnp-paribas>
- 73 <https://reporterbrasil.org.br/2023/11/organizacao-denuncia-investimento-em-frigorifico-como-lavagem-de-dinheiro-e-pede-investigacao-na-franca/> / <https://reporterbrasil.org.br/2023/02/ongs-pedem-multa-diaria-de-10-mil-euros-a-banco-frances-por-financiamento-irresponsavel-da-marfrig/> / <https://forestsandfinance.org/news/bnp-paribas-warned-over-role-in-financing-deforestation-and-rights-violations/>
- 74 https://group.bnpparibas/uploads/file/uk_declaration_bnp_sur_droit_de_l_homme.pdf
- 75 <https://group.bnpparibas/en/our-commitments/transitions/financing-and-investment-policies>
- 76 <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20240419IPR20585/due-diligence-meps-adopt-rules-for-firms-on-human-rights-and-environment>
- 77 Idem

MONITOR #22

DEZEMBRO 2024

